

Especialistas aprovam o "pacote verde"

O programa, anunciado pelo Governo Federal, coloca os combustíveis limpos e de baixo carbono no centro das atenções

TARSILA CASTRO

O lançamento, na última quinta-feira (14), do projeto de lei que cria o Programa Combustível do Futuro, chamado de "pacote verde", foi bem recebido pelos diversos setores econômicos que vem atuando mais de perto com os processos de descarbonização, além dos biocombustíveis e outras matrizes energéticas renováveis.

Entre as medidas incluídas, está a proposta de elevação dos limites máximo e mínimo do teor de mistura de etanol e gasolina. A mistura máxima do etanol na gasolina passará de 27,5% para 30%. O presidente da Datagro, Plínio Nastari, enfatiza que o programa altera a faixa possível de variação da mistura de etanol anidro à gasolina, mas ainda não decide pela elevação da mistura.

"A faixa atual é de 18% a 27,5% e essa faixa passaria a ser de 22% a 30%. Uma decisão a respeito da elevação efetiva da mistura dependerá da aprovação dessa elevação como uma resolução no Conselho Nacional de Política Energética. Então, o Projeto de Lei Combustível do Futuro altera a banda, a faixa possível de variação, mas ele ainda não decide pela elevação da mistura. A elevação da mistura viria eventualmente como uma medida posterior a ser discutida e aprovada no âmbito do CNPE na forma de uma resolução".

Substituição da gasolina

Ele destaca que observa a medida de forma positiva, especialmente porque o Brasil ainda está importando um volume significativo de gasolina (mais de 3 bilhões de litros por ano) e a elevação da mistura aumentará a demanda de etanol anidro e, portanto, a substituição de gasolina importada em cerca de 1,3 bilhão de litros por ano.

"Representa uma economia muito grande para o País, um incentivo para adoção de combustível limpo e renovável e redução, obviamente, de emissões veiculares tanto de material particulado, quanto de compostos cancerígenos gerados pelos aromáticos que o etanol substitui", diz.

Bônus ambiental

O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco (Sindacúcar-PE) e presidente executivo da NovaBio (Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia), Renato Cunha, também analisa o aumento da faixa de variação de forma positiva. "Aumenta a banda e aumenta sobretudo, na prática, o fornecimento desse etanol anidro que é um componente que melhora a qualidade da gasolina brasileira, porque traz um bônus ambiental", disse Renato.

De acordo com Nastari, a principal característica do "pacote verde" é promover a integração de políticas públicas na área de energia e meio ambiente, em particular o Programa Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), o Programa de Controle de Emissões Veiculares (Proconve) e o Programa de Eficiência no Transporte (Rota 2030). "Esses três programas estão em andamento, mas existe a necessidade de que eles conversem entre si, sejam coordenados e consistentes entre si".

O presidente também ressalta a inclusão no Projeto a promoção e o desenvolvimento de ações para a produção de biocombustível a ser utilizado no transporte aéreo e marítimo e a utilização de hidrogênio verde. "Esses são elementos importantes e é um projeto de muita relevância e que deverá trazer um impacto de desenvolvimento e de investimentos no setor de bioenergia muito significativos", acrescenta Plínio.



Plínio Nastari destaca a integração de programas que já atuam na área da descarbonização



Para Renato Cunha, o projeto dá uma demonstração para o mundo do compromisso e zelo do País



João Irineu Medeiros considerou o projeto amplo e equilibrado e com as responsabilidades divididas

MATRIZ ENERGÉTICA:

Brasilera

1. 52,6% - fontes não renováveis

35,7% (petróleo e seus derivados)

10,5% (gás natural)

4,6% (carvão mineral)

1,3% (urânio)

0,6% (outras não renováveis)

2. 47,4% - fontes renováveis

15,4% (biomassa da cana)

12,5% (hidráulica)

9% (lenha e carvão vegetal)

7% (lixívia e outras renováveis)

2,3% (eólica)

1,2% (solar)



Combustível do Futuro

O Projeto de Lei propõe uma avaliação do ciclo de vida do combustível para estudar as emissões dos diversos energéticos utilizados nos modos de transportes, que inclui as etapas de geração de energia, extração, produção e uso do combustível. O objetivo é a integração da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), o Programa Rota 2030 Mobilidade e Logística e o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE Veicular).

Hidrogênio verde

O hidrogênio possibilita ao Brasil exportar o excedente de energia renovável para países que têm déficit de energia de baixo carbono, como os países europeus.

Diesel Verde

Hidrocarboneto idêntico ao diesel, mas produzido a partir de biomassa (hidrotratamento de óleo vegetal - HVO);

Oportunidade para induzir a exportação do combustível, em vez de grãos de soja.

Fonte: Pesquisa da Agência Internacional de Energia (AIE) de 2022, ano base 2020; Balanço Energético Nacional 2023, ano base 2022, divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Governo Federal.

ARTE: FOLHA PE

“O Brasil dá uma demonstração importantíssima, assegurando os investimentos internos e externos que possam vir dessa iniciativa.”

RENATO CUNHA, PRESIDENTE DO SINDACÚCAR

centa Plínio.

Segundo Renato Cunha, o programa dá uma demonstração para o mundo da transparência e do zelo que os combustíveis terão no Brasil. "O programa incentiva empregos e estimula rotas tecnológicas cientificamente comprovadas e atualizadas. Tem transparência e também, por objeto, o cumprimento dessas metas que irão favorecer uma justiça climática mais plena, procurando a questão da redução de emissão de gases do efeito estufa", diz.

Renato Cunha pontua que é importante o Brasil estar procurando exercer um protagonismo na área de mobilidade sustentável, onde se tem um destaque histórico desde a época do Proálcool (Programa nacional do Alcool), iniciativa do Governo Federal de intensificar a produção de álcool combustível (etanol) para substituir a gasolina.

“O Brasil dá uma demonstração importantíssima, assegurando os investimentos internos e externos que possam vir dessa iniciativa, em uma forma mais segura e com mais transparência. Hoje, o empresário procura investir, mas tem que ter segurança. Ele procura investir em programas que tenham começo, meio e fim”, acrescenta.

Segurança e transparência

Para João Irineu Medeiros, vice-presidente de Assuntos Regulatórios da Stellantis para a América do Sul, a proposta é ampla e equilibrada. Ele ressalta, por exemplo, que o pacote verde contempla todos os modos de transporte existentes no Brasil, dos veículos de uso pessoal até mesmo a aviação. “O programa aborda a importância da descarbonização de forma objetiva, a partir da matriz sustentável que o Brasil já detém”, ressalta Medeiros.

Outro ponto que o executivo analisa como importante é a divisão de responsabilidades prevista. “É um projeto com planejamento de curto, médio e longo prazo”, reforçou ele, lembrando que a mudança não pode ser brusca. Medeiros ainda reforça que, apesar de o Brasil, não ser uma potência econômica como outros países, 50% de sua matriz energética já é de baixo carbono – o que é uma vantagem nesse processo.